Para uma linguística da produção escrita: alguns pré-requisitos teóricos / *Pour une linguistique de la production écrite: quelques préalables théoriques*¹

Maria Hozanete Alves de Lima*

Possui doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2003). Realizou pós-doutorado, com apoio da CAPES - bolsista sênior - no Institut de Textes et Manuscrits Modernes (ITEM-ENS-CNRS/ParisFrança) - 2014. Atualmente, é professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<https://orcid.org/0000-0001-8916-2740>

Clemilton Lopes Pinheiro*

Doutor em Filologia e Linguística do Português pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Realizou pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa (2008), na Sorbonne Nouvelle Paris 3 (2013-2014) e na Universidade de Tübingen (2018-2019). Atualmente é professor do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (UFRN).

<https://orcid.org/0000-0003-4285-9932>

Recebido em: 31 dez. 2020. **Aprovado em:** 17 jan. 2020.

Como citar esta tradução:

LIMA, Maria Hozanete Alves; PINHEIRO, Clemilton Lopes. *Para uma linguística da produção escrita: alguns pré-requisitos teóricos*. Revista Letras Raras. Campina Grande, v. 10, n. 1, p. 243-259, jan. 2021.

1. O interesse fundamental da escritura (*versus* escrita) para a linguística

A maioria dos trabalhos de linguística que tratam sobre os discursos utiliza *corpora* que podem ser chamados de “comunicacionais”. Os discursos estudados são extraídos de situações

¹ Esse texto é fruto da conferência ministrada na abertura da *I Jornada de Estudos Escrita na Escola*, realizada no dia 25 de outubro de 2019, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN por Rudolf Maher - professor e pesquisador na Faculdade de Letras - Universidade de Lausanne – Suíça. Página Pessoal: <https://www.unil.ch/fra/rudolfmahersanne>. Disponível em: https://youtu.be/r15Zanb_2v8 (primeira parte), <https://youtu.be/ovIU0C1EX8g> (segunda parte).

hozanetelima@gmail.com

*

clemiltonpinheiro@gmail.com

<http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v10i1.2046>

de enunciação nas quais o locutor se dirige a outra pessoa. Isso é o que se pode definir como “comunicação”, de acordo com o senso comum: enunciar algo a alguém. No entanto, embora seja difícil apontar os números, é evidente que essa situação corresponde a apenas uma parte da nossa atividade linguageira. Constantemente, a enunciação consiste em falar para si mesmo. Além de ser o instrumento de comunicação, como é frequentemente visto, a língua é, também, o meio de o sujeito se relacionar consigo mesmo.

Evidentemente, é o caso para o pensamento verbal, ou endofasia, mas isso não pode ser observado. Resta a escritura (eu digo exatamente “a escritura” e não “a escrita”): a escritura como atividade de produção de signos gráficos é muito comumente uma situação de enunciação auto endereçada (voltarei a esse ponto).

Sabe-se que, em Linguística, desde Jakobson pelo menos, que baseou sua própria intuição nos trabalhos de Vygotsky, depois com Benveniste, essa atividade linguageira não comunicacional não é fundamentalmente heterogênea à atividade em situação de interação:

Quanto ao discurso não exteriorizado, não pronunciado, o que se chama de linguagem interior, ele é apenas um substituto elíptico e alusivo ao discurso explícito e exteriorizado. Aliás, o diálogo dá suporte ao discurso interior, como mostrou uma série de observações de Peirce à Vygotsky. (JAKOBSON, 1963, p. 32)²

O “monólogo” tem também a estrutura do diálogo – entre um eu locutor e um eu interlocutor. Diz Benveniste:

Inversamente, o “monólogo” procede da enunciação. Ele deve ser visto, apesar da aparência, como uma variedade de diálogo interior, formulado em “linguagem interior”, entre um eu locutor e um eu interlocutor. Às vezes, o eu locutor fala sozinho; o eu interlocutor, no entanto, permanece presente; sua presença é necessária e suficiente para que a enunciação do locutor falante seja significativa. Às vezes também o eu interlocutor intervém através de uma objeção, uma pergunta, uma dúvida, um insulto. A forma linguística que essa intervenção assume difere de acordo com as línguas, mas é sempre uma forma “pessoal”. Às vezes, o eu interlocutor substitui o eu locutor e fala, então, em primeira pessoa; é o caso do francês, em que o “monólogo” é marcado por observações ou injunções como “Non, je suis idiot, j’ai oublié de lui dire que...”

² Quant au discours non exteriorisé, non prononcé, ce qu’on appelle le langage intérieur, ce c’est qu’un substitut elleptique et allusif du discours explicite et extériorisé. D’ailleurs, le dialogue soutient même le discours intérieur, comme l’ont démontré une série d’observation de Peirce à Vygotsky. (JAKOBSON, 1963, p. 32)

(Não, eu sou um idiota, esqueci de lhe dizer isso...). (BENVENISTE, 1974, p. 85)³

Então não é uma língua diferente, nem mesmo um uso fundamentalmente diferente da língua que é preciso esperar descobrir, quando se trabalha com situações não comunicacionais, como a escritura. No entanto, se admitimos, ainda segundo Benveniste, que a língua, na sua estrutura inerente, é determinada por suas funções antropológicas, pelos problemas que ela deixa para o ser humano resolver, não se pode pretender nem descrever completamente as formas da língua, nem extrair globalmente o papel da linguagem da vida humana, se não nos dedicarmos a descrever também as situações não comunicacionais em que a língua é posta à serviço da relação do enunciador com ele mesmo. Sendo a escritura uma das situações não comunicacionais, ela deve constituir um objeto de pesquisa para as ciências da linguagem.

1. A escritura como situação de enunciação específica

Para que surgisse, no final da década de 1960, a genética textual, como ciência da literatura e depois como ciência da linguagem, foi necessário, primeiramente, essa pequena revolução copernicana: não mais considerar os manuscritos de criação (os que trazem o traço da escritura enquanto pesquisa) como objetos patrimoniais, monumentos da nossa cultura, mas monumentos ilegíveis, pois trazem o testemunho de um gênio singular e por isso mesmo incompreensível. Foi preciso começar a considerar os manuscritos de trabalho como testemunhos de processos gerais e passíveis de descrição.

O surgimento da disciplina supunha, então, dois movimentos contraditórios (dois movimentos que continuam necessários na prática atual): reconhecer, por um lado, a heterogeneidade do novo objeto (o “rascunho”, o “manuscrito de trabalho”, o testemunho da

³ L'inverse, le "monologue" procède de l'énonciation. Il doit être posé, malgré l'apparence, comme une variété du dialogue intériorisé, formulé en 'langage intérieur', entre un moi locuteur et un moi écouteur. Parfois le moi locuteur est seul à parler ; le moi écouteur reste néanmoins présente, sa présence est nécessaire et suffisante pour rendre signifiante l'énonciation du moi locuteur. Parfois aussi le moi écouteur intervient par une objection, une question, un doute, une insulte. La forme linguistique que prend cette intervention diffère selon les idiomes, mais c'est toujours une forme 'personnelle'. Tantôt le moi écouteur se substitue au moi locuteur et s'énonce dont comme 'première personne'; ainsi en français où le 'monologue' sera coupé de remarques ou d'injonctions telles que 'Non, je suis idiot, j'ai oublié de lui dire que...' (BENVENISTE, 1974, p. 850)

elaboração dos textos), uma heterogeneidade relativa aos objetos estudados até o momento pela Filologia e pela Linguística (a saber, os “textos” de comunicação), mas reconhecer também, por outro lado, as regularidades próprias dessa heterogeneidade: a diferença desses documentos pode ser reduzida, e pode ser levada em conta.

Para mim, o movimento atual, que dá continuidade à lógica que está na origem da disciplina, consiste em admitir que, na situação de escritura, isto é, na situação de produção de texto, mobiliza-se uma enunciação que não é uma simples projeção da situação de leitura, que não é uma situação de leitura a cargo de seu leitor. A situação de escritura não é redutível a uma antecipação da situação de leitura que está por vir. Essa situação em que se mobiliza a enunciação é completa e apresenta suas propriedades e suas limitações específicas.

De maneira análoga, para fazer progredir o conhecimento da produção escrita, é necessário admitir que os produtos escritos, resultados dessa situação de produção, não são prototextos concebidos para um objetivo comunicacional que eles ainda não estão prontos para preencher, designados para um público que ainda não está pronto para alcançar, tendo apenas o rascunho das propriedades (notadamente genéricas) do texto comunicacional em preparação – e que apresenta ainda “traços” dessa preparação.

Os documentos de trabalho não são textos de comunicação em estado bruto. Se entendidos dessa forma, perdemos sua especificidade e empobrecemos sua compreensão. Se queremos descrever positivamente os textos produzidos em situação de produção, não é preciso relacioná-los sempre às propriedades dos textos de comunicação que eles preparam. É preciso admitir que se trata de textos como tais, dotados de estruturas linguísticas próprias, de uma coerência global a serviço da ação global que é a criação, a busca e a produção de um futuro texto comunicacional.

Dito isso, eu adoto uma perspectiva que sugeria, há 30 anos, Jacques Anis que foi um grande nome na linguística da escritura e da escrita.

O rascunho é lisível, é um texto. Um sujeito o assume, cria-o em um tempo e um lugar [...]. Um sujeito que marca a continuidade pela homogeneidade do espaço gráfico. A inscrição de um mesmo título ou de suas variantes, a recorrência das isotopias, a retomada e a variação organizada de fórmulas e de passagens inteiras abrem a possibilidade de uma leitura global (fora de uma teleologia externa? o debate permanece aberto!). (ANIS, 1983, p. 81)⁴

⁴ Le brouillon est lisible, c'est un texte. Un sujet l'assume, l'origine en un temps et lieu. [...] Un sujet en marque la continuité par l'homogénéité de l'espace graphique. L'inscription d'un même titre ou de ses variantes, la récurrence

O debate ao qual Anis faz referência, que ele tentou abrir em 1983, foi, eu acredito, rapidamente encerrado. O sucesso da noção de “avant-texte” em genética textual, para nomear os documentos genéticos, conduziu a inscrever imediatamente a descrição desses documentos na perspectiva teleológica, ou seja, na perspectiva de um texto que é anterior a outro texto. Para compreender como a receita é utilizada na execução do prato, é preciso saber esquecer um pouco o prato e focalizar na receita. Tomemos o exemplo das listas que se encontram em boa quantidade nos dossiês de arquivos da produção escrita – mesmo nos arquivos de criação em geral, não apenas literária. “A lista é um não-texto que espera se tornar texto, uma série de instruções em espera de se tornarem signos”⁵ (HAMON, 2015, p. 163).

As listas parecem muito distante das formas linguísticas características dos textos prontos (no caso, dos romances) a ponto de percebermos facilmente a pobreza de uma abordagem negativa da lista, como não-texto, ou como não-romance, ou mesmo como “romances em potencial”. Não é errado, e até muito bonito, pensar que uma lista é um romance em potencial, mas isso não diz nada do poder específico da lista que inventa o romance em questão. Isso não diz nada dos recursos heurísticos da lista, ou seja, sobre a maneira como quem listou, por sua atividade (digamos: a enumeração) e seu produto (a lista), contribui para a criação do romance.

O escritor que produz uma lista (uma lista de nomes de personagens, uma lista de gírias, uma lista de palavras sem “e” para escrever um romance sem “e”, uma lista de temas a serem abordados, uma lista de questões para procurar na enciclopédia para escrever um romance histórico etc.) sabe perfeitamente que não está tentando escrever um romance, um artigo ou um poema. É preciso um olhar cognitivo e textual. Por quê?

Para fazer essa pergunta e tentar respondê-la, é necessário interrogar a lista na sua textualidade característica, sua coerência global, sua finalidade específica, suas formas reconhecidas, para pretender explicar por que então se fazem listas, quando nosso objetivo não é fazer uma lista, mas um poema, um artigo científico ou um romance⁶.

Isso nos conduz a definir positivamente a lista como uma atividade linguageira, um método de criação, que consiste em construir a representação de um objeto complexo, percorrendo os

des isotopies, la reprise et la variation organisée de formules et de passages entiers ouvrent la possibilité d’une lecture globale (en dehors d’une téléologie externe ? le débat reste ouvert ! (ANIS, 1983, p. 81).

⁵ La liste y est un non-texte en attente de devenir texte, une série de consignes en attente de devenir signes. (HAMON, 2015, p. 163).

⁶ Nós abordamos essa questão no número 47/2018 da Revista *Genesis* (Manuscrits-Recherche-Invention).

aspectos (em largo sentido) desse objeto sem preocupação. A lógica da progressão da lista é facultativa: se os itens de uma lista são misturados, ainda permanece uma lista. A lista é um texto cuja ordem não é pertinente – não é banal. Ao aliviar a carga cognitiva de ordenar os elementos, quem lista se permite plenamente à busca e à descoberta.

Essa ausência de restrição da ordem deixa quem lista livre para criar. Ele(a) pode associar os componentes que busca como lhe vêm à mente (é uma fase de tempestade de ideias que constitui tais listas), e esses aspectos podem aparecer segundo associações múltiplas. Se consideramos o exemplo da lista de Georges Perec (Figura 01), veremos que a relação entre “pognon-> rognon-> souillon->grillon->...” e « Noyon-Laval-japonais-chinois... » é guiada às vezes pelo significado dos signos e às vezes pelo seu significado. Ou, então, o que nos aparece como “saltos”, por não percebermos a relação, a lista avança, bifurca, desvia de novo – sempre sob a restrição criativa do objeto a ser construído: aqui, para Perec, a classe de palavras francesas sem “e”.

Figura 01: Lista de um manuscrito de Georges Perec

Esta é a função da lista genética como prática textual: livrar-se da restrição da ordem, para construir o reservatório dos “ingredientes” (ou da parte) de um futuro texto. A essa liberdade no engendramento da lista, a essa liberdade que facilita a produção da lista e logo a criação dos aspectos do texto em elaboração, a essa liberdade corresponde um uso da lista em situação de produção: o escritor como tal relê sua lista, que ele utiliza em uma etapa posterior da produção do texto, o escritor-releitor da lista sabe que o texto-lista não prevê a ordem do texto a ser escrito. Ele sabe como utilizar a lista: como um reservatório. A ordem dos ingredientes reunidos fica para ser criada.

Em resumo, a lista é inteiramente voltada para o que a retórica chamaria de *inventio*, isto é, a busca e a descoberta dos componentes textuais. Frequentemente, nas atividades textuais preparatórias, a lista antecede o plano. O plano é outro belo exemplo de atividade textual genética que retoma a tarefa da disposição, da ordenação dos ingredientes do texto em elaboração. A lista me parece, portanto, um bom exemplo de prática textual genética: é claro, a lista genética está ligada à comunicação que ela prepara, mas ela não é uma primeira maneira, aproximativa, de se dirigir ao leitor do texto final.

O escritor que faz uma lista se dirige a ele mesmo, ou a um outro autor da produção do texto nos casos de escritas colaborativas. Ele se dirige a ele mesmo ou, mais precisamente, a um outro ele mesmo, posterior, que terá uma nova tarefa na cadeia das atividades de escritura, e uma nova tarefa na qual ele será ajudado (é pelo menos a esperança de quem lista) pela atividade enumerativa e seu resultado listado.

A lista me parece, então, ilustrar a produtividade de um ponto de vista da escritura diferente do que põe em relação às propriedades do texto preparado, diferente do que a ver como uma comunicação incompleta, a ser levada a cabo. A lista ilustra bem, acredito eu, o interesse de uma abordagem positiva da situação da escritura e de seus produtos (os “rascunhos”), única abordagem que pode dar conta da inventividade própria dessas práticas.

Enfim, a lista me parece igualmente ilustrar o fato de que nessa situação de enunciação específica, em que o escritor produz para ele uma lista na perspectiva de que essa atividade o ajudará a produzir, in fine, um romance, um poema, um artigo, e, nessa situação de enunciação particular que é a escritura, encontramos e produzimos atividades cujo nível de análise é textual. A hipótese que tende a validar o exemplo da lista, mas também o do plano, é a de que existe

alguma coisa como gêneros genéticos, ou seja, práticas discursivas autoendereçoas especificamente dedicadas à produção escrita.

2. O que a escritura faz com a enunciação

2.1. O autodiálogo como estrutura da enunciação

No quadro teórico que eu adoto (a partir principalmente de Benveniste, Culioli e Authier-Revuz), admite-se que a enunciação se caracteriza por uma estrutura reflexiva: enunciar é, primeiramente, dirigir-se a si mesmo. Nós somos os primeiros receptores de nossa fala, e também os primeiros a respondê-la, diz Culioli:

Em toda atividade de linguagem, há sempre uma prática linguageira para si, em si, e uma prática para o outro, esses dois pontos são indissolúveis. Quando eu digo para si, eu proponho que há o desdobramento do sujeito [...]. [...] Fala-se para o outro, e, ao mesmo tempo, produz-se uma resposta interiorizada, uma atividade em si mesma⁷. (CULIOLI, 1971, p. 72)

Como Jacqueline Authier-Revuz, chamaremos autodiálogo essa estrutura reflexiva da enunciação. Vemos, aqui, como a autora retoma e esclarece o esquema proposto por Culioli (1967).

O esquema que Culioli propõe da dimensão permanente da autorecepção no processo de enunciação pode ser lido como uma imagem de auto diálogo, que – distinta dos diálogos interlocutivos e interdiscursivos aos quais ele se articula – está inscrita nele. Os “círculos” metaenunciativos, que inserem, no desdobramento de uma cadeia dirigida por um enunciador a um receptor, o comentário do enunciador sobre o que ele diz, ou seja, como ele recebe o que diz e “responde”, podem ser considerados como adventos, na cadeia dessa auto recepção subjacente, permanente, de formas através das quais o enunciador representa, pontualmente – “deixando-as” aparecer ou encenando-as – a estrutura e o mecanismo, continuamente presentes, de um auto diálogo, inseparável do distanciamento interno de qualquer enunciação.

⁷ Dans toute activité de langage il y a toujours une pratique langagière *pour soi*, en soi, et une pratique *pour autrui*, ces deux points étant indissolubles. Quand je dis *pour soi*, je pose qu'il y a dédoublement du sujet [...]. [...] on parle pour autrui, et en même temps il se produit une réponse intériorisée, une activité en soi même. (CULIOLI, 1971, p. 72).

(AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 149)⁸

Acontece que essa estrutura constitutiva da enunciação se manifesta, na enunciação, através do que Authier-Revuz descreve como “emergências” pontuais no desenrolar do dizer, “comentários do enunciador sobre o que ele diz, ou seja, como ele recebe o que ele diz e que ele responde” (compreende o que quero dizer em todos os sentidos do termo, enfim, não a palavra exata). Desde Authier-Revuz, fala-se de “metaenunciação” para as emergências locais, que são representações, na enunciação, do autodiálogo constitutivo da enunciação.

É a metaenunciação que daria ao “monólogo interior”, ou endofasia, a estrutura de “um diálogo interior entre um eu locutor e um eu interlocutor”, sobre o qual fala Benveniste. Em algumas situações, o monólogo é externalizado (pense no atleta que se incentiva ou insulta a si próprio, na primeira ou na segunda pessoa). Como eu disse na introdução, a situação da produção escrita também é uma situação de enunciação monológica autoendereçada: Anis (1983) se refere a isso como “soliscrit”.

A situação da escritura, qualquer que seja o objetivo do texto que é escrito, raramente é uma situação comunicativa. Geralmente, não nos comunicamos, com os gestos da escritura, a alguém que está presente: nos comunicamos por meio dos produtos que resultam desses gestos, traços gráficos, com alguém ausente. O que diferencia essencialmente oral e escrito são as

⁸ Le schéma que Culioli propose de la dimension permanente de l’auto-réception dans le procès d’énonciation peut se lire comme image de l’auto-dialogisme qui – distinct des dialogismes interlocutif et interdiscursif auxquels il s’articule – s’y inscrit, et les « boucles » méta-énonciaive, insérant, dans le déroulement d’une chaîne adressé par un énonciateur à un récepteur, le commentaire de l’énonciateur sur ce qu’il dit, c’est-à-dire en tant qu’il reçoit ce qu’il dit et qu’il y « répond », peuvent être considérées comme des émergences sur la chaîne de cette auto-réception sous-jacente, permanente, comme des formes par lesquelles l’énonciateur représente, ponctuellement – les « laisant » apparaître ou les mettant en scène –, la structure et le mécanisme, continuellement présents, d’un autodiálogo, inséparable de la distanciation interne à toute énonciation. (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 149)

propriedades físicas da substância dos signos. Enquanto o discurso oral é significação por processos, o discurso escrito é significação por traços.

Diferentemente da substância acústica da qual são feitos os signos da fala, o produto gráfico do discurso escrito não tem duração: é um espaço que cada leitor e mesmo cada leitura vai atualizar em seu próprio ritmo. A escrita não tem duração. No entanto, ela é durável. Essa durabilidade permite a “comunicação adiada”. Não se tem tratado muito sobre a maneira pela qual a escrita transforma as condições da comunicação. Mas o que os geneticistas descreveram (penso particularmente em Jean-Louis Lebrave) é a maneira pela qual a palavra escrita transforma as condições de produção dos textos.

Pela durabilidade de seus signos, a escrita permite a rasura (é bem reconhecida, e retomarei esse assunto na conclusão), mas o que me interessa é evocar a maneira pela qual a escrita afeta o sujeito. O que nos mantém, nós que trabalhamos sobre a produção escrita, é menos uma comunicação adiada (essa enunciação do leitor que está por vir) do que a “produção imediata”, isto é, essa enunciação que se produz durante a escrita, primeiramente, e depois, quando o escritor lê novamente o que escreveu – como ao ler suas listas para fazer outra coisa na elaboração do texto. Em uma palavra, a durabilidade do produto escritural permite ao sujeito dialogar consigo mesmo ao longo do tempo. Talvez seja aqui onde reside o maior poder criativo da escrita.

2.2. O que a escritura faz com o autodiálogo

A teoria da enunciação se recusa a identificar a língua como uma ferramenta que o sujeito que fala/escreve dominaria e colocaria a serviço de intenções que lhes seriam transparentes. Para uma linguística que reconhece que a língua é um corpo de restrições próprias, irredutível às ideias, a do psicológico, a enunciação é uma experiência de “distanciamento interno” (essas são as palavras de Authier-Revuz na citação anterior), uma experiência de si e uma constante alteração de si mesmo. Uma experiência na qual o sujeito produz sentido na língua e no interdiscurso, da qual ele não é a origem e da qual ele não é o dono, produz significado e constrói, antes de tudo para si mesmo, uma representação de si mesmo como sujeito desse sentido.

O autodiálogo é a atividade pela qual o sujeito escuta sua própria fala e se descobre sujeito do sentido que produz. Nesse autodiálogo, a escrita estenderá singularmente o alcance, a incidência temporal. Na oralidade, o eu interlocutor responde ao que o eu locutor acabou de

dizer ou à memória do que ele disse antes (“ah, é bem dito isso”); mas, na escrita, o eu leitor dispõe, no produto gráfico durável, de um meio para reagir ao conjunto do que já foi escrito do qual o documento guarda as marcas. Em outras palavras, a escrita dará ao escritor a oportunidade de estender e de repetir à vontade a atividade de autorecepção. Podemos distinguir, esquematicamente, duas situações.

A primeira é a situação da escritura. Enquanto um texto (lista, plano, esboço) está sendo escrito, o escritor pode dar corpo à sua recepção imediata; ele pode fazê-lo pela metaenunciação, respondendo explicitamente às solicitações do eu escritor, como nos famosos “rascunhos” zolianos, onde o escritor explica esse diálogo para si mesmo. O rascunho assume regularmente uma forma interlocutiva: “É com ela [Adele] que Lantier dorme... (C’est avec elle [Adèle] que Lantier couche)”. Podemos ler, no topo do folheto, duas linhas depois: “Não, não é necessário que ela tenha de início dormido com Lantier... (Non, il ne faut pas qu’elle ait d’abord couché avec Lantier) ». Ou, ainda, na parte inferior do folheto: “Não esqueça que eu quero ser simpática... (Ne pas oublier que je veux faire sympathique)”⁹.

A autorecepção em situação de produção também assume a forma canônica da rasura, ou seja, da progressão (no tempo da escritura), mas regressão no espaço já inscrito, ou seja, retorno sobre o que acabou de ser escrito, ou retorno sobre algo escrito anteriormente, ao qual o eu leitor responde por uma reformulação.

Finalmente, ainda devemos tentar entender como a recepção imediata gera a progressão do próprio texto, porque, em muitos casos, como na lista de Péric, a progressão parece ditada pela escuta de que o escritor concede aos itens da lista já disponíveis: o eu leitor responde ao eu escritor, continuando a enumeração sob a restrição produtiva do que ele já escreveu e de seu projeto de lista (uma lista de palavras sem “e”).

A segunda é a situação de autoleitura. Quando o texto termina (uma lista, um plano, um esboço que terminou), o escritor pode “reler” a si mesmo várias vezes e, assim, repetir a atividade de autorecepção para testar seu efeito: imediatamente ao finalizar o texto, ou dias, meses, anos, após a primeira enunciação do texto.

Como na autorecepção imediata, mas de uma maneira mais “sensível”, mais aprofundada pela enunciação e pelo tempo, o eu leitor descobre um assunto que não é mais exatamente o

⁹ Émile Zola. *L’assommoir*, *L’ébauche*, f. 170, BNF.

mesmo. Ele o descobre no escrito como uma memória externa de si mesmo ou de um estado passado de si mesmo.

Identificar-se consigo mesmo através do tempo para se tornar agente de uma enunciação através do tempo: essa é a grande dificuldade que a escritura coloca ao sujeito. Ela é particularmente posta em evidência por essa passagem no diário do romancista suíço Charles-Ferdinand Ramuz, enquanto ele comenta a preparação de suas obras completas e, portanto, a revisão de seus escritos juvenis:

Ainda acreditávamos em “ousadias” nesse tempo muito antigo; não acreditamos mais em ousadias; devemos remover as ousadias que lhes parecem injustificadas (e vemos que elas são); mas, se as fizéssemos, ainda seria “seu” texto?

Seria necessário primeiro saber do que esse “vocês” é feito.

Por exemplo, será que esses livros sucessivos não são diversos “você” sucessivos, justapostos, e será que não seria mentir para você mesmo ao tentar introduzir nessa sucessão uma unidade que não existe? (RAMUZ, 2005, p. 329-331.)¹⁰

Se, durante a auto releitura, o leitor mistura sua enunciação de hoje com as palavras de ontem, por metaenunciação ou reescritura, ele responde afirmativamente à pergunta de Ramuz: ele pressupõe que ainda é sujeito do texto antigo, ou pelo menos que ele está pronto para se identificar com ele. Ele se reconhece nele. Lendo o texto, que não é mais inteiramente dele, ele se reconhece nele.

A escritura, como toda enunciação, é necessária “diacronização” do sujeito, que se distancia dele mesmo ao longo do tempo e de sua experiência linguageira. Mas o escrito, que é resultado da escritura, o escrito que é uma marca durável também, é a exposição do sujeito em diferentes estados de si mesmo. Um projeto bem sucedido de escritura, seja qual for, consiste não apenas em um processo de textualização, mas também em um processo de sincronização do sujeito, de identificação ou de síntese de diferentes momentos do sujeito.

¹⁰ On croyait encore aux « hardiesses » dans ce très vieux temps ; on ne croit plus aux hardiesses ; est-ce qu'il faut supprimer les hardiesses qui vous semblent injustifiées (et on voit qu'elles le sont) ; mais, si on le faisait, serait-ce encore « votre » texte ?

Il faudrait d'abord savoir de quoi ce « vous » est fait.

Par exemple, est-ce que ces livres successifs ne sont pas des “vous” successifs, juxtaposés et est-ce que ce ne serait pas vous mentir à vous même que d'essayer d'introduire dans cette succession une unité qui n'y est pas ? (RAMUZ, 2005, p. 329-331)

Certamente é um motor essencial de nossa criatividade: o diálogo entre os “eus” que permitem a escritura e a escrita, esse acúmulo, esse enriquecimento progressivo de diferentes momentos do sujeito, ele próprio enriquecido pelo diálogo com outros sujeitos.

Para finalizar essas considerações gerais sobre os efeitos da escritura sobre o sujeito, gostaria de vinculá-las ao início de minha fala, relativa aos textos que assumem uma forma genérica específica: plano, lista ou esses “soliscrits” que Zola chama de “rascunho”.

Esses textos, que proponho considerar como pertencentes a um “gênero genético”, são produzidos em vista da situação da autoreleitura: são dirigidos pelo escritor a um outro, que é ele próprio, porque estará no futuro, mas também, porque os textos são o ponto de partida para uma nova tarefa, a ser realizada por um outro sujeito: quem lista se endereça ao planejador, por exemplo, e o leitor da lista deve saber usá-la, reconhecer sua forma e sua função genérica, para se beneficiar dela no processo criativo. O próprio escritor, em situação de releitura, adota nessas listas, plano ou cenário, um olhar textual.

3. As reescrituras como métodos

Da mesma forma que para o rascunho, podemos avançar, e espero aprofundar o estudo da reescritura se a considerarmos, novamente, não como o traço de um teste de comunicação abandonado localmente em favor de um outro, mas como um recurso de invenção baseado na colaboração entre o eu escritor e o eu leitor, sempre considerando firmemente a produção como uma situação de enunciação autoendereçada. Vamos colocar o problema a partir das descrições da reescrita propostas pelos psicolinguistas: eles geralmente trabalham não sobre os traços escritos do processo de escritura, mas sobre a escritura registrada em seu curso. Trata-se, então, da escritura em computador, gravada por um software que registra a digitação no teclado (como Inputlog ou Scriptlog).

Quando se lê o trabalho muito útil de Thierry Olive e Georgeta Cislaru (2018), *O processo de Textualização*, mas também o trabalho pioneiro de Claire Doquet (2011), intitulado *A escritura iniciante*, observamos que podemos distinguir três tipos de fluxos de escritura, três tipos de unidades de produção. Os fluxos de produção (pelos quais o escritor “avança” no tempo e no espaço gráfico), os fluxos de revisão (pelos quais o escritor leitor retorna ao já gravado para modificá-lo) – que corresponderia a uma rasura no caso da escritura manuscrita e, finalmente, em terceiro lugar, os fluxos de programação, que consistiriam em escrever algo que é apenas uma

ideia do que deve ser dito no final. Sobre esses fluxos, Olive e Cislaru dizem especialmente que é “uma unidade elementar de performance: sequência linguageira que projeta um conteúdo cuja inserção no texto é dada como preliminar, não concluída (OLIVE & CISLARU, 2018, p. 261)”¹¹.

Essa tripartição é muito interessante. Mas, do ponto de vista material e físico da produção escrita, como um processo que ocorre no tempo e no espaço, o que distingue um fluxo de produção (avanço no meu texto) de um fluxo de programação (avanço no meu texto, mas de uma forma considerada “provisória, inacabada”)? Do ponto de vista material, nada. Ambas as atividades fazem avançar a escritura no tempo e no espaço gráfico. A diferença está na interpretação do formato linguístico desses dois tipos de sequências.

Os fluxos de produção parecem adequados para os formatos estilísticos do texto preparado. Estes são “fluxos redacionais”. Os fluxos de programação, por outro lado, tocados e detonados por suas propriedades linguísticas, são estilisticamente heterogêneos em relação ao gênero do texto preparado. Olive e Cislaru (2018), que estudam a escritura acadêmica, mas também relatam a proteção da infância, cujos gêneros, estilisticamente muito restritivos dão os seguintes exemplos:

- cláusulas nominais: “seu relacionamento com a família”, “seu projeto profissional”: isto é, núcleos temáticos em relação à criança, objeto da observação.
- listas de nomes sem determinantes.
- ou, ainda, predicados infinitivos de interpretação instrucional, como “A ser concluído...”.

A respeito desses fluxos, Olive e Cislaru falam de fluxos “não mais de textos, mas de notas” (2018, p. 204) que “permitem que o redator se concentre na recuperação conceitual sem iniciar uma formulação completa do enunciado” (p. 204). Na verdade, tais enunciados são perfeitamente completos sintaticamente e até mesmo semanticamente, não apresentam agramaticalidade e são comuns em muitos gêneros do discurso (a receita de cozinha precisamente). Da minha parte, eu reluto em opor textos e notas, pois busco descrever a textualidade das notas.

Em vez de considerar esses fluxos como “incompletos”, eu me pergunto se não é mais esclarecedor considerá-los como dotados de um conteúdo semântico e um formato estilístico que

¹¹ Une unité de performance élémentaire: séquence langagière qui synthétise et projette un contenu dont la mise en texte est donné comme liminaire, non finie. (OLIVE & CISLARU, 2018, p. 261).

respondem a imperativos que não são os do texto preparado, imperativos não da comunicação, mas da produção, da pesquisa, da criação.

Para pensar melhor essa tarefa, lembremo-nos do estudo fundador em que Jean-Louis Lebrave (1989) propôs às rasuras de Heinrich Heine sua teoria dos prototermos. As análises quantitativas, conduzidas no *corpus* Heine, levaram Lebrave a identificar a existência de dois tipos que ele chama de “prototermos”. Os primeiros são termos subespecificados, chamados “espera”, que vêm em primeiro lugar no processo, mas cuja indeterminação é um apelo à especificação. Por exemplo, o termo “groß” de Heine “funciona como uma instrução de reescrita”¹² (LEBRAVE, 1989, p. 99), instrução que o geneticista formula da seguinte maneira: “neste ponto do texto, encontrar um adjetivo de alto grau compatível com o contexto”¹³ (LEBRAVE, 1989, p. 99).

Os prototermos do segundo tipo têm função genética comparável, mas de mecanismo semântico e cognitivo inverso. São (como o exemplo de Geist e Erscheinung) termos usados em um sentido técnico (aqui hegeliano), vindo de Heine ao longo do texto, mas descartados após executar uma função de “armadura conceitual provisória”¹⁴ (LEBRAVE, 1989, p. 108).

Isso não significa considerar “groß” um adjetivo impreciso, aproximado, muito comum ou “Geist” como um termo técnico muito preciso, arriscando mal-entendido, como parte de fluxos de programação? Heine, mais ou menos conscientemente, sabe que esses termos estão presentes apenas para indicar um conteúdo “cuja instanciación exata é adiada para uma fase posterior da escritura”¹⁵ (LEBRAVE, 1989, p. 108), isto é, dar uma primeira forma linguística a um projeto enunciativo que requer um retorno sobre ele.

Se admitirmos que mesmo um adjetivo banal pode ser considerado, pelo escritor ou pelo analista, como uma fase de transição, que exige revisão, reconheceremos a dimensão interpretativa da oposição entre o fluxo de produção e o fluxo de programação.

Um fluxo de programação é um fluxo de produção que parece exigir uma revisão posterior. Poderíamos, em último caso, e é isso que nos convida à posição que estou adotando, considerar todos os fluxos de produção como fluxos de programação.

De fato, em uma situação de produção, mesmo em uma situação redacional (situação em que procuramos a própria forma do texto que estamos desenvolvendo), todos os fluxos estão sujeitos à revisão, todos os fluxos estão à espera de revisão.

¹² Fonctionne comme une instruction de réécriture.

¹³ À cet endroit du texte, trouver un adjectif de haut degré compatible avec le contexte.

¹⁴ D'armature conceptuelle provisoire.

¹⁵ Dont l'instanciation exacte est remise à une phase ultérieure de l'écriture.

Tenho a clara impressão de que o especialista da produção, da inventividade, deve interrogar o fluxo de produção não como ele já comunica, mas na medida em que ele prepara uma forma ainda indecisa, da qual ele abre o caminho.

Passamos, então, nosso olhar para as “palavras vagas”, as aproximações, as sequências elípticas, os núcleos nominais. Na situação de escritura, seria necessário, acredito eu, conseguir não tomá-las como formas incompletas, formas fracas, pobres, que podem ser melhoradas, mas, ao contrário, vê-las como formas fortes, ricas em sua capacidade de abrir caminho para outra forma, a capacidade de facilitar a produção imediata, mas também, em autoleitura, para facilitar a invenção da forma final.

A partir daí, o fluxo de revisão também se analisa um pouco de maneira diferente, não como abandono, desafio, anulação de uma forma obsoleta, mas como atualização do poder de invenção da forma nativa (pelo menos em casos de reformulação parafrástica). O sujeito escritor encontra uma forma “aproximada”, ergonômica (sem parar a produção), uma forma para ele diretamente disponível, que ele ainda não pode conceber como comunicável (não sabe nada), mas abre caminho para a forma definitiva. O sujeito releitor, na autorecepção imediata ou em uma releitura subsequente, por um fluxo de revisão, “atualiza” algo da forma nativa, a “aperfeiçoa” por uma expressão que não estava diretamente disponível para ele.

Aqui a análise que se impõe é a da passagem, em tal escritor, nessa situação, entre o que vem primeiro (o disponível) e o que vem a seguir (o mais caro, o mais “inventado”) e a análise também desse caminho: o que é inventado entre as duas formas e como a primeira forma ajuda a descobrir a segunda.

Conclusão

Eu concluo com o resumo das três posições que defendi nesta exposição introdutória.

1) À análise da escritura em suas operações locais de produção e revisão, análise da escritura em seu progresso registrado ou a partir de seus traços manuscritos, é necessário adicionar uma análise textual dos discursos da invenção, porque apenas uma abordagem textual possibilita apreender a criação de práticas como a lista, o plano ou o esboço (no sentido que Zola dá a essa prática preparatória).

2) A teoria da enunciação parece-me um modelo que possibilita pensar na produção escrita de forma diferente, não como a tradução em palavras de ideias prévias. Ela traz um

complemento profundamente linguístico às abordagens psicológicas da produção escrita. A teoria da enunciação ainda levanta a questão crucial de como a produção escrita envolve a identidade do sujeito.

3) Para concluir: quando se trabalha sobre a produção escrita, e mesmo quando se trabalha com a rasura, parece-me importante e proveitoso tomar uma posição no debate que mencionei anteriormente com Jacques Anis: tentar uma abordagem fundamentalmente não teleológica, que consiste em considerar por si mesmo o gesto, material e intelectual, da produção escrita.

Referências

- ANIS, J. Préparatifs d'un texte: La Fabrique du Pré de F. Ponge. *Langages*, n°69, 1983, p. 81-103.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Éditions Larousse. 1995.
- DOQUET, C. *L'Écriture débutante*. Pratiques scripturales à l'école élémentaire, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2011.
- CULIOLI, A. Un linguiste devant la critique littéraire. *Actes du congrès de la SAES*, 1971, p. 72-73.
- HAMON, P. *Puisque réalisme il y a*. Genève: La Baconnière. 2015.
- JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963.
- LEBRAVE, J-L. Les proto-termes dans les variantes d'écriture. *DRLAV. Documentation et Recherche en Linguistique Allemande Vincennes*, N. 40, p, 1989, p. 89-113.
- OLIVE, T.; CISLARU, G. *Le processus de textualisation*. Analyses des unités linguistiques de performance écrite, Louvain-la Neuve, De Boeck. 2018.
- RAMUZ, C. F. *Romans I*. Paris: NRF/Gallimard/La Pléiade, 2005.
- REGGIANI, C. Poétique de la liste. Inventaire et épuisement dans l'œuvre de Georges Perec. In: MILCENT-LAWSON, S. et alii (Dirs.). *Liste et effet liste en littérature*. Paris: Classiques Garnier, 2013. p. 506 et 507.